

MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS E A LUTA POLÍTICA FRENTE AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL¹

RURAL SOCIAL MOVEMENTS AND THE POLITICAL FIGHT AHEAD OF THE AGRIBUSINESS DEVELOPMENT MODEL IN BRAZIL

Raphael Medina Ribeiro

Mestre em Geografia/Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA-SEDE/DF
raphatequila@yahoo.com.br

João Cleps Junior

Instituto de Geografia/Universidade Federal de Uberlândia/
Pesquisador – CNPq
jcleps@ufu.br

Resumo

Desde a década de 1990 a atuação de corporações transnacionais ligadas aos negócios agrícolas ganhou relevo no Brasil, num movimento de expansão da agricultura capitalista que delineou, desde então, uma nova etapa de modernização técnica da agricultura no país, designada como agronegócio. Por outro lado esse processo compreende subordinações, resistências e respostas dos trabalhadores rurais, camponeses e suas organizações políticas, frente a esse novo cenário desenhado para a agricultura brasileira. Este artigo busca contextualizar e discutir a luta política que envolve os movimentos sociais rurais do país, à luz de um elemento relevante no foco de suas mobilizações na esfera pública a partir de meados da década de 1990: os embates, os enfrentamentos e as resistências frente ao modelo do agronegócio. No Brasil, o exemplo mais notável desse perfil de mobilização social ocorre nas principais organizações vinculadas à Via Campesina. Dessas, o MST se destaca graças ao alcance expressivo de sua atuação manifestada em discursos, notas públicas, entrevistas e demais estratégias, que se propagam no cenário público nacional, como também por ações diretas em que a pauta de denúncia e contestação ao agronegócio se pronuncia.

Palavras-chave: Movimentos sociais rurais, Campesinato, Embates políticos, Agronegócio, Conflitualidade.

Abstract

Since the 1990s the performance of transnational corporations linked to agribusiness gained predominance in Brazil, in an expansion movement of capitalist agriculture which delineated, then, a new stage of technical modernization of agriculture in the country, known as agribusiness. On the other hand, this process includes subordination, resistance and responses of rural workers, peasants and their political organizations, ahead of this new scenario designed for Brazilian agriculture. This article intends to contextualize and discuss the political struggle surrounding the country's rural social movements, the light of a relevant element in the focus of their mobilizations in the public sphere from the mid-1990s: the conflicts, the confrontations and the resistance against the agribusiness model. In Brazil, the most notable example of this social mobilization profile occurs is the main organizations linked to the Via Campesina (Peasant Route). From those, the MST stands out thanks to the expressive range of its performance, manifested in speeches, public notes, interviews and other strategies, which propagate in the national political scenario, as well as direct actions in which the agenda of the complaint and contestation to agribusiness is pronounced.

Keywords: Rural social movements, Peasantry, Political clashes, Agribusiness, Conflictuality.

Introdução

Desde a década de 1990, ocorreram transformações importantes na agricultura mundial, mediante novos padrões de acumulação e exploração sob a égide do capitalismo monopolista mundializado (OLIVEIRA, 2004b). Nesse período, a atuação de corporações transnacionais ligadas aos negócios agrícolas nas etapas de produção, processamento, pesquisas e difusão de biotecnologia e no setor alimentício ganhou relevo, num movimento de expansão da agricultura capitalista que delineou, desde então, uma nova etapa de modernização técnica da agricultura no país, designada como agronegócio. Esse fenômeno marca o meio rural brasileiro e a atividade agrícola nacional, além de envolver outros setores da sociedade. Tal processo compreende ainda subordinações, resistências e respostas dos trabalhadores rurais, camponeses e suas organizações políticas, frente a esse novo cenário desenhado para a agricultura brasileira.

Este artigo tem por objetivo contextualizar e discutir a luta política que envolve os movimentos sociais rurais do país, à luz de um elemento relevante no foco de suas mobilizações na esfera pública a partir de meados da década de 1990: os embates, os enfrentamentos e as resistências frente ao modelo do agronegócio.

Tal realidade pode ser apreendida ao vermos a configuração atual de projetos políticos, discursos, reivindicações e ações coletivas (ocupações, marchas, atos públicos, jornadas de luta e outras). A pauta de denúncia e contestação ao agronegócio ganhou espaço na agenda de alguns movimentos sociais rurais, ao lado de demandas e reivindicações incluídas há mais tempo, tais como desapropriação de terras, assentamento de famílias, créditos rurais, organização produtiva, assistência técnica, educação e outras.

No Brasil, o exemplo mais notável desse perfil de mobilização social ocorre nas principais organizações vinculadas à Via Campesina, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Destes, o MST se destaca graças ao alcance expressivo de sua atuação, manifestada em discursos, notas públicas, entrevistas e demais estratégias, que se propagam no cenário público nacional, como também por ações diretas em que a pauta de denúncia e contestação ao agronegócio se pronuncia.

Entendemos que tais processos de luta social e política protagonizada por organizações representativas de agricultores familiares, camponeses e trabalhadores rurais sinalizam uma problemática que ganha espaço no debate de atualização da questão agrária: as disputas territoriais e conflitualidades entre os modelos de desenvolvimento do agronegócio e da agricultura camponesa/familiar. Estudos feitos no Brasil consideram essa perspectiva analítica, sendo vários deles recentes, a exemplo de Almeida (2008), Bruno (2008), Carvalho (2008), Fernandes (2008a; 2008b; 2008c; 2008d), Paulino (2008), Fabrini (2008), Sauer (2008), Welch (2005), Oliveira (2004a; 2004b); Santos, Teixeira e Becker (2000) e Cleps Júnior (2010). Também há pesquisas de outros países do continente americano que convergem para o enfoque das disputas territoriais e conflitualidades no campo e na agricultura, tais como Teubal (2008), Giarracca e Teubal (2008), na Argentina; Mondragón (2008), na Colômbia;

Viladesau (2008), no Paraguai; Lizárraga e Vacafors (2008), na Bolívia; López (2008), na Guatemala; e Fernandes e Welch (2008), nos Estados Unidos.² No decorrer da década de 2000, o debate entre pesquisadores brasileiros e de outros países se ampliou, sobretudo na América Latina, através de espaços como o Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2009; 2007; 2005; 2003) e o Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Rural vinculado ao Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).

Globalização neoliberal, mudanças na agricultura e atualização da agenda dos movimentos sociais rurais

A partir da década de 1990, nos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, observam-se a abertura de mercado ao capital externo e a queda do controle e da regulação que o Estado exerce nas esferas econômica, financeira, social, assim como na produção, no mundo do trabalho, no plano fiscal/tributário, na política agrícola/industrial e no financiamento de políticas de proteção social, como educação, saúde, assistência social, dentre outros setores. Sob a égide do capitalismo mundializado, as regras vigentes são a do capital financeiro global. Na agricultura, as diferentes etapas dos negócios agrícolas (produção, comercialização, processamento, distribuição, pesquisa e difusão de tecnologia) passaram cada vez mais a ser controladas por corporações transnacionais.

No Brasil, esse fenômeno ocorre pela via do “ajustamento constrangido à ordem econômica globalizada”, presente desde a década de 1990 e marcado por restrições de ordem interna e externa (DELGADO, 2005). A atividade agropecuária baseada no modelo do agronegócio ganha centralidade na gestão de conjunturas macroeconômicas adversas, a exemplo do alto endividamento público, da dependência externa e da necessidade de equilíbrio na balança comercial (importações *versus* exportações). Um dos eixos principais dessa política são os incentivos para estruturação de empreendimentos agroindustriais assentados na grande propriedade fundiária e em produtos básicos e agroprocessados destinados à exportação, a fim de gerar saldos de

comércio, que têm um destino certo: convertem-se em renda líquida a ser enviada ao exterior e com a qual os governos honram seus compromissos entre credores internacionais (DELGADO, 2005).

Mediante a atuação de seus poderes constitutivos, sobretudo o Executivo, o Estado brasileiro assegurou condições para o desenvolvimento dessa nova etapa de modernização técnica da agricultura desde meados da década passada até o presente. Essa a orientação política tem sido adotada pelos governos sucessivos. Na conjuntura recente, destaca-se a segunda gestão de Fernando Henrique Cardoso (1998-2002) e o primeiro e segundo mandato do governo Lula (2003-2006/2007-2010). Ainda que o “estado mínimo” figure como regra ditada pela ordem neoliberal aos países periféricos, a estratégia de ajustamento constrangido da economia brasileira impõe a adoção de medidas governamentais amplamente favoráveis ao setor do agronegócio, como o acesso majoritário a recursos do fundo público (em comparação com a agricultura familiar), o fomento à infraestrutura de suporte à produção e comercialização, em especial àquela destinada ao mercado externo, através de rodovias, hidrovias e portos, pacotes generosos de renegociação de dívidas agrícolas com protelação de prazos e redução de taxas de juros para pagamento, suporte técnico-científico, sobretudo à etapa da produção agrícola, através das agências públicas de pesquisa agropecuária como a EMBRAPA, e outros incentivos.

Contudo, a opção política por esse arranjo macroeconômico, que oferece centralidade ao agronegócio, tem efeitos sociais e econômicos entre os demais setores e segmentos agrários/agrícolas, em especial assalariados rurais e agricultores camponeses, como mostra Delgado (2005, p. 84):

[...] ao viabilizar-se como orientação concertada de política econômica, agrícola, e externa, imiscuindo-se no campo ambiental, agrava o quadro de exclusão no campo agrário. Este “ajuste” praticamente prescinde da força de trabalho assalariada não especializada e da massa de agricultores familiares não associados ao agronegócio (3/4 do total). É também um arranjo da economia política que rearticula o poder político com o poder econômico dos grandes proprietários rurais. Nesse processo, converte-se o campesinato em imenso setor de subsistência, não assimilável ao sistema econômico do próprio agronegócio ou da economia urbana semi-estagnada.

Também Teubal (2008, p. 143), ao se reportar à onda neoliberal que ecoa nos países latino-americanos, salienta os efeitos sociais na agricultura, nos sistemas agroalimentares e nas populações rurais, dentre os quais se destacam

[...] a difusão crescente do trabalho assalariado, a precariedade do emprego rural; a expulsão de pequenos e médios produtores e camponeses do setor; as contínuas migrações campo-cidade ou nas fronteiras; a articulação dos produtores agrários com complexos agroindustriais em que predominam as decisões de núcleos de poder vinculados às grandes empresas multinacionais ou tornadas assim; a conformação em alguns países dos denominados *pools* de sementeira, que permitem integrar o agro com a especulação financeira etc.

Nessa etapa de internacionalização do capital, ajustes estruturais do Estado, novos patamares de exclusão social no campo e na cidade, mudanças nos padrões de desenvolvimento da agricultura em nível mundial e outros fatores que cada vez mais recebem atenção da sociedade em geral, a exemplo de problemas ambientais, os movimentos sociais rurais passaram a reelaborar seu projeto, atualizar sua agenda política e reorientar seu campo de conflitos. As novas configurações de processos sociais, econômicos e políticos orquestrados em escala nacional e internacional têm acenado a novos caminhos no que se refere a projetos e ações políticas de organizações, movimentos sociais e demais segmentos que representam ou se aliam aos agricultores familiares, camponeses, assalariados rurais e outros povos do campo. Assim, neste início de século, tais atores sociais se dirigem notavelmente à contestação da matriz econômica, tecnológica, político-ideológica e simbólica expressada pela agricultura capitalista, reconhecida nos dias de hoje como agronegócio.

Membro da direção nacional do MST, João Pedro Stédile (2000, p. 13-14), já no início desta década, expunha o cenário de disputas que se delineava na agricultura brasileira, em que se via inserido o MST e outros movimentos e organizações sociais:

[...] então, não há espaço para o MST? Há espaço, mas nossa luta deixou de ser apenas uma luta camponesa, de terra para trabalhar e viver. Agora, a sobrevivência dos camponeses e dos milhões de brasileiros que ainda vivem no meio rural, depende fundamentalmente da mudança do modelo econômico. Por isso, o nosso movimento continuará enfrentando o latifúndio, ocupando terras, realizando marchas e manifestações. Mas, necessariamente teremos que nos juntar com outros movimentos sociais que existem no campo, com as igrejas, com os sindicatos e ampliarmos nossa luta para combater o modelo agrícola. Por isso, ampliemos nossas lutas, enfrentando a política de

importações agrícolas (o governo gasta 5 bilhões de dólares por ano em importações de produtos que poderiam ser produzidos aqui). Enfrentando as multinacionais que controlam os preços e as agroindústrias, apenas três delas (Nestlé, Leite Glória e Parmalat), controlam todo o comércio de leite no Brasil. Enfrentado o modelo tecnológico, que dá liberdade para apenas seis empresas multinacionais, controlarem via transgênicos, 70% do comércio de sementes.

O relato de Stédile evidencia a mudança e atualização da agenda política dos movimentos sociais do campo - nesse caso, do MST - ao indicar que a luta não é mais só por “terra para trabalhar e viver”, mas contra os termos em que se desenvolve o modelo tecnológico e econômico da agricultura, a política externa, o monopólio de comércio das empresas transnacionais sobre os produtos agrícolas e agroprocessados.

Sobre as perspectivas de organização política e luta dos movimentos sociais agrários, Teubal (2008, p. 151) considera que

[...] na atualidade e frente aos processos de globalização que se manifestam em escala mundial, a luta pela terra e a reforma agrária assume outro caráter. Por uma parte, existem mudanças importantes na natureza do capitalismo mundial [...], no qual adquirem um papel importantíssimo as grandes empresas agroindustriais multinacionais, os agronegócios. Neste sentido, a luta pela terra e a reforma agrária incluem também a luta contra o modelo de agricultura industrial ou agro-alimentício (VALLIANATOS, SHIVA, TEUBAL), estimulado por estas multinacionais, que dominam grande parte da tecnologia de ponta, os canais de comercialização de alimentos, as grandes empresas alimentícias, assim como também a produção de sementes e produtos transgênicos. Surge porque, a luta pela terra é também uma luta contra um novo *establishment* imposto em escala mundial e que incide sobre múltiplos aspectos ligados à terra e ao sistema agro-alimentar em seu conjunto.

Disso se depreende, portanto, que a luta pela terra e pela reforma agrária ganha novos significados ante o fenômeno da globalização e da ofensiva neoliberal do capital sobre a agricultura. Os movimentos sociais e as entidades se deparam com desafios quanto ao enfrentamento da problemática agrária nas diversas escalas de atuação (do local ao global), ao passo que tal cenário motiva mudanças e novas estratégias de organização política por esses atores. No caso do Brasil, certos fenômenos merecem destaque na conjuntura recente, alguns novos, outros já demarcados no passado, como na modernização da agricultura nos anos de 1970, mas que hoje se renovam.

Podem ser citados a influência central do capital financeiro na agricultura; a incorporação célere de pacotes tecnológicos alheios à realidade brasileira, incluindo

mecanização da atividade agrícola, consumo intensivo de agrotóxicos e inserção crescente da biotecnologia e de organismos geneticamente modificados (PAULINO, 2008); o controle dos negócios agrícolas (produção, processamento, distribuição, pesquisa e tecnologias etc.) e do estoque de terras concentrado em grandes corporações nacionais e internacionais; a expansão dos monocultivos (soja, milho, cana-de-açúcar, florestas industriais), com destaque àqueles direcionados à produção de biocombustível e alimentação animal como os complexos de aves e suínos (PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2009); a sujeição de agricultores camponeses aos sistemas de integração em cadeias agroindustriais, onde grandes empresas são responsáveis pela drenagem da renda da terra auferida por esses produtores agrícolas, num processo que revela monopolização do território pelo capital (PAULINO, 2006); a expropriação crescente dos agricultores camponeses, dadas a degradação das condições de vida e trabalho e a sobre-exploração de trabalhadores rurais assalariados.

Como se percebe, diante desses traços que trazem à tona a questão agrária no momento atual, o projeto político, a agenda, o discurso contestatório e o campo de conflitos dos movimentos sociais rurais são reajustados e reelaborados. Nos últimos 20 anos, as mobilizações de luta pela terra e por reforma agrária foram marcadas por reivindicações pró-acesso à terra, sob o lema de “conquista ao latifúndio improdutivo”. A esse cenário se acrescentam as demandas dos agricultores que já se reproduziam na terra (camponeses proprietários, assentados etc.) ao pressionarem os governos a criarem políticas públicas para organização produtiva, habitação, créditos agrícolas, educação, comercialização da produção, assistência técnica etc. Nesse sentido, Fernandes (2001) ressalta que os sem-terra nunca separaram a luta pela conquista da terra das lutas de resistência na produção agropecuária, agroindustrial, de comercialização e outras. Para os sujeitos que as acionam, elas integram o mesmo processo de organização política e não se dissociam.

Como resultado das disputas na esfera político-institucional, do enfrentamento, da negociação e dos acordos com o Estado, especialmente com o Poder Executivo, as organizações da agricultura camponesa e familiar alcançaram conquistas importantes nos governos sucessivos no plano federal, sobretudo na segunda metade da década de 1990. É o que se verifica com a criação de algumas políticas públicas como Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF (1996), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/PRONERA (1998), Luz para Todos (2003), Programa de Aquisição de Alimentos/PAA (2003), além de incremento nas ações de fomento à produção agrícola, assistência técnica, habitação rural e outras. O aumento mais visível do número de assentamentos criados e famílias assentadas a partir de 1995, a despeito de oscilações ocorridas ano a ano, também reflete diretamente a intensificação da luta pela terra no país, conforme se observa nos gráficos a seguir.

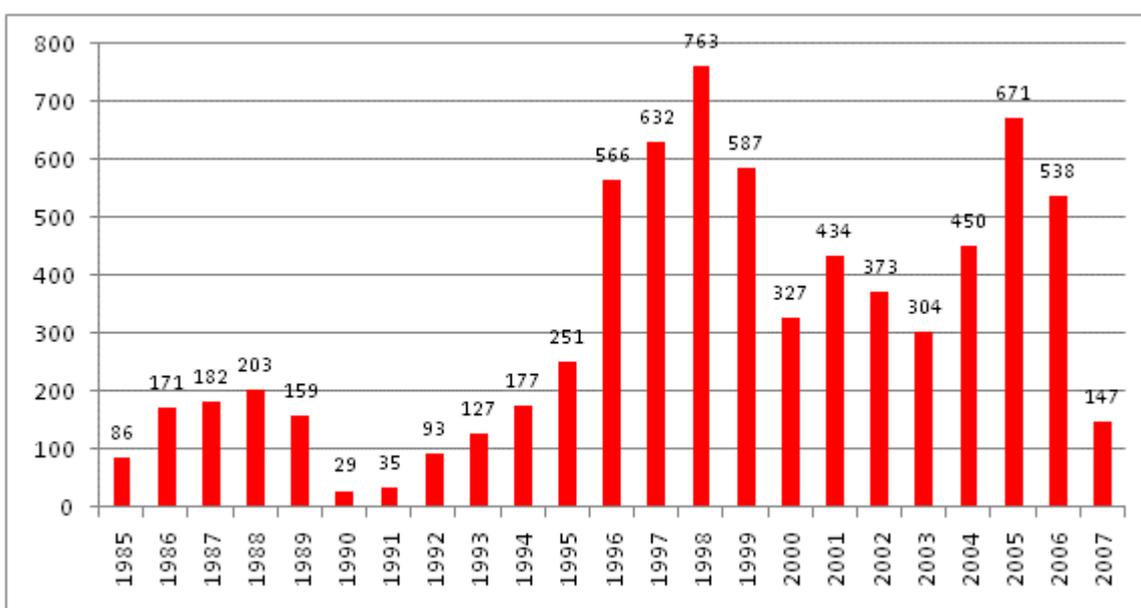


GRÁFICO 1 - Número de assentamentos rurais criados pelo Governo Federal (1985-2007).
Fonte: NERA, 2008.

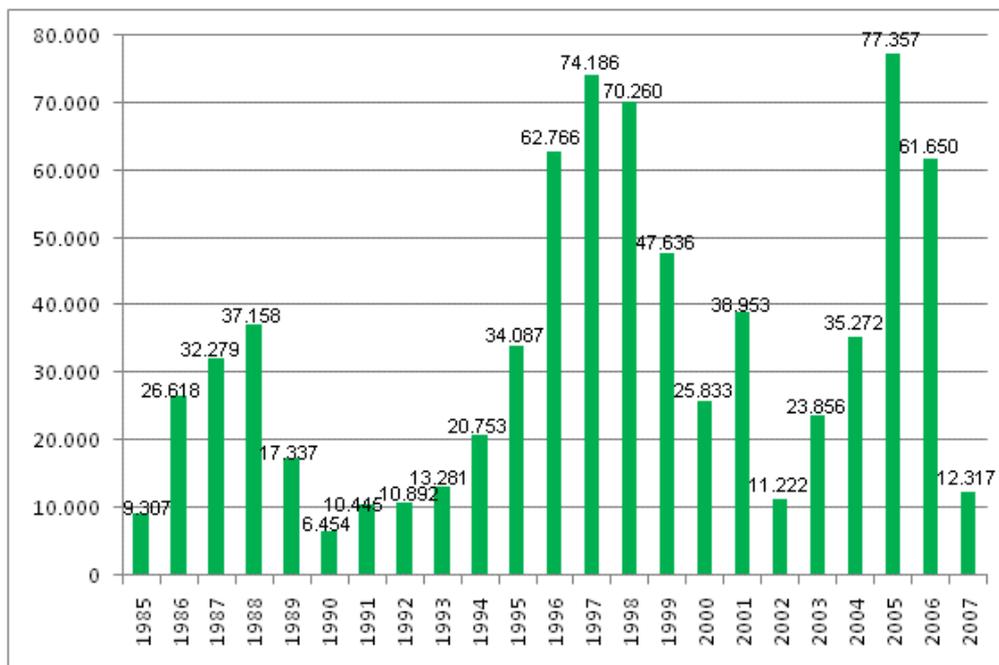


GRÁFICO 2 – Número de famílias assentadas pelo Governo Federal (1985-2007).
Fonte: NERA, 2008.

É notório que o alcance das iniciativas do Estado sempre ficou aquém do necessário ao público demandante, o que sinaliza a continuidade de ações reivindicatórias e mecanismos de pressão dos movimentos sociais e a necessidade de haver contrapartida maior daquele frente a tais demandas. Além disso, o direcionamento dado por gestões sucessivas de governo para algumas dessas políticas públicas por intermédio de tomadores de decisão, também, tem sido alvo recorrente de críticas, contestações, embates e propostas de aperfeiçoamento, apresentadas por atores demandantes como MST, CONTAG, FETRAF, CPT, MLST, MPA e outros.

Um exemplo significativo desses embates nos últimos anos, em especial nas gestões de Fernando H. Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007 e gestão atual) talvez seja a condução da política de implantação de assentamentos rurais. A desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária foi posta em segundo plano aos poucos - embora seja um dispositivo historicamente reconhecido como central nas ações de ordenamento fundiário, tanto por legislações que tratam do assunto como pelos próprios segmentos sociais demandantes da reforma agrária. Com isso, o Poder Executivo, a partir do primeiro mandato de Fernando H. Cardoso e nas

gestões presidenciais seguintes, passou a empregar cada vez mais a compra de propriedades no mercado, ou seja, adotar o caminho de negociação com proprietários de terras e operar programas conhecidos como Banco da Terra ou Crédito Fundiário (PEREIRA, 2006). Além disso, passou a investir cada vez mais no mecanismo de regularização fundiária, sobretudo na Amazônia legal, legitimando posses de ocupantes em terras públicas, reconhecendo depois essas áreas e as famílias que nelas já viviam, por meio de atos de criação de assentamentos.

Afora essa agenda “tradicional”, que no presente permanece como eixo central de atuação política dos movimentos sociais rurais - assentada nas reivindicações pela democratização do acesso à terra e por políticas públicas voltadas à reprodução social dos agricultores (habitação, educação, crédito rural, assistência técnica, organização e comercialização da produção etc.) -, outro “valor de contestação” passou a ganhar espaço, sobressair-se e acrescer-se a manifestações públicas, discursos e demais formas de mobilização a partir de meados da década de 1990: o embate e enfrentamento desses atores sociais frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio.

Movimentos sociais rurais *versus* agronegócio: mobilizações e resistências

O processo regido pelo capitalismo mundializado e pela lógica do capital financeiro global nos anos de 1990 e no início deste século transformou países em desenvolvimento como o Brasil e outros da América Latina ao impor medidas de ajuste estrutural às economias nacionais e ao Estado. Os ajustes abriram caminho para a globalização, que afetou o mundo da agricultura e os sistemas agroalimentícios na América Latina (TEUBAL, 2008). A agricultura capitalista passou a ter papel central na economia de países como Brasil, pois foi escalada a gerar saldos comerciais via exportações, enquanto o Estado assegura condições ao avanço e à consolidação desse modelo agrícola, mediante subsídios de várias ordens, em particular creditícios (PAULINO, 2008). Por consequência, surgiram efeitos sociais notáveis na agricultura, motivados por um caminho de desenvolvimento concentrador e excludente em que camponeses e trabalhadores rurais não se veem incluídos, exceto sob a égide da expropriação e exploração, nessa nova etapa de modernização técnica da agricultura.

Diante das mudanças desencadeadas pela globalização, organizações de trabalhadores rurais, agricultores familiares e camponeses de vários países, em especial na América Latina, reagem atualizando sua agenda política e reorientando seu campo de conflitos; nela, o enfrentamento e a luta política contra o modelo do agronegócio surgem como elemento central. Teubal (2008, p. 148-9), vê esse fenômeno assim:

Até fins do milênio, em todo o continente latino-americano, manifesta-se o ressurgimento de importantes movimentos sociais camponeses, incluindo movimentos que intercalam comunidades indígenas, movimentos de médios e pequenos produtores e/ou trabalhadores rurais. Como consequência, a questão da terra e a reforma agrária adquirem uma nova identidade (TEUBAL, 2003). Estes movimentos e seus consequentes debates e lutas podem ser visualizados como uma reação contra a consolidação de um sistema de agronegócios sob a égide do neoliberalismo.

Logo, se por um lado o modelo do agronegócio avança e transforma o campo latino-americano, intensificando os padrões de produção e acumulação capitalista na agricultura, criando um paradigma de tecnificação através da mecanização, da biotecnologia, de insumos químicos e poupador de força de trabalho; em contrapartida os movimentos camponeses e de trabalhadores rurais se organizam e respondem com mobilização e resistência. Fernandes (2008d) expressa objetivamente o momento atual de configuração da questão agrária ao afirmar que a luta de movimentos camponeses em vários países do mundo sinalizam um adversário comum: o agronegócio. No caso da América Latina, ser um movimento camponês é lutar pela reforma agrária e contra o agronegócio.

[...] as políticas de reforma agrária no Brasil, na Bolívia e no Paraguai, por exemplo, têm um forte obstáculo: o agronegócio. Este complexo de sistemas das corporações multinacionais está desafiando os movimentos camponeses no impedimento da reforma agrária, ora fazendo parte do arco de alianças de apoio aos governos de direita, centro e esquerda na América Latina (FERNANDES, 2008d, p. 77).

Nessa ótica, os agentes propulsores do modelo do agronegócio se aproximam do aparelho de Estado, ou seja, vê-se o peso de sua representação política nos seus poderes constitutivos (Executivo, Legislativo, Judiciário), ilustrando o que Fernandes chama de “arco de alianças aos governos”. Nesses termos, a luta política dos movimentos

camponeses frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio se traduz, em certo nível, num embate entre atores da sociedade civil organizada *versus* agentes políticos que controlam o Estado, que direcionam as políticas agrícolas e agrárias por meio dos organismos estatais, que fazem a gestão de recursos públicos e controlam a agenda legislativa sobre temas relativos à agricultura brasileira. Enfrentar, portanto, o território político-institucional do Estado, compondo forças e alianças para empreender essa disputa política ao lado de atores que historicamente se identificam com suas reivindicações (partidos, parlamentares, intelectuais, organizações da sociedade civil), é um desafio posto aos movimentos sociais que lutam pela terra, pela reforma agrária e por mudanças nas relações sociais do campo.

No Brasil, mobilizações e resistências contra o agronegócio são notadas pela ação política de entidades e movimentos sociais rurais diversos que se apresentam na cena pública. Desde já, convém ponderar a diversidade de formas de organização política traduzidas em diferentes estratégias de luta, matrizes político-ideológicas, reivindicações, valores e visões de mundo. A nosso ver, há diferenças e particularidades na forma como os movimentos sociais rurais encaminham a pauta de denúncia e contraposição ao modelo do agronegócio (os que o fazem). Mas, em alguma medida, uma análise de seus discursos e suas práticas políticas sugere que hoje esse assunto tem lugar na agenda das principais organizações de luta pela terra, com maior ou menor intensidade; para algumas, é pauta central - como nas que compõem a Via Campesina: MST, MAB, MPA, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), CPT e Pastoral da Juventude Rural (PJR).

Essa realidade vem à tona no registro de ações coletivas ocorridas em diversas regiões do país, como jornadas de lutas, ocupação de propriedades privadas, protestos em companhias do agronegócio, marchas, vigílias, bloqueio de rodovias, eventos de formação técnica e política, dentre outras atividades. Além das ações diretas, a combatividade de alguns movimentos sociais é ressaltada em discursos, declarações, notas públicas e resoluções de encontros nos quais são recorrentes as manifestações de denúncia e contraposição ao modelo do agronegócio. Ao avaliar o quadro de mobilizações feitas em 2007 por organizações de trabalhadores rurais, camponeses e outros segmentos sociais

do campo, Carvalho (2008, p. 38) ressalta a perspectiva de luta política desses atores ante o agronegócio:

[...] a motivação destas manifestações e as reivindicações nelas contidas externam uma dimensão de negação do modelo do agronegócio e de suas conseqüências nefastas, uma denúncia da devastação ambiental e das violências, ameaças e perseguições dela decorrentes e ao mesmo tempo afirmam uma outra dimensão que se expressa na solidariedade aos grupos sociais que sofreram tais agressões.

Para constataremos mais concretamente as ações políticas dos movimentos sociais rurais, considerando-se a perspectiva de embate e enfrentamento ao modelo do agronegócio, recorreremos à CPT, que há cerca de 30 anos registra, organiza e divulga dados sobre conflitos sociais no campo, publicados no relatório anual “Conflitos no campo - Brasil”. Como procedimento teórico e metodológico, ela organiza os conflitos segundo categorias: conflitos por terra; conflitos trabalhistas; conflitos pela água; violência e manifestações - todas têm um conceito formulado que explicita a natureza e caracterização do conflito. Mediante análise dos relatórios, uma dessas categorias de conflito - as manifestações - convergiu mais para a problemática desta pesquisa. No conceito que a entidade emprega para manifestações, está dito que “[...] são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras que reivindicam diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/CPT, 2008, p. 12).

Assim, no que se refere a essa categoria, foram identificadas várias formas de ação coletivas empreendidas por sindicatos e federações de trabalhadores rurais, entidades de assessoria agrária, movimentos de luta pela terra, organizações indígenas, ambientalistas, quilombolas e outras. O recorte temporal que definimos para sistematizar e analisar os dados da CPT é o período no qual a entidade passou a publicar dados mais completos sobre a categoria manifestações - de 2002 em diante. Os dados referentes a essa categoria são publicados desde 1998, mas entre 1998 e 2001 registrava-se apenas o nome da manifestação, o município, o estado de sua realização e o número de pessoas envolvidas. Em 2002, as tabelas passaram a contar com mais dois atributos importantes: o nome das organizações e/ou movimentos sociais envolvidos e

identificação de demandas e reivindicações para cada manifestação. Isso levou o conjunto de dados referentes à categoria a oferecer mais possibilidade de análise. O Quadro 1 apresenta os tipos principais de manifestações realizadas pelos movimentos sociais rurais do país entre 2002 e 2008 e as demandas e reivindicações centrais.³

QUADRO 1

Manifestações, demandas e reivindicações dos movimentos sociais rurais (2002-2008).

TIPOS DE MANIFESTAÇÃO	REIVINDICAÇÕES E DEMANDAS	ORGANIZAÇÕES
Ocupações em órgãos públicos federais, estaduais e municipais	Reforma agrária, desapropriação; assentamento de famílias	MST Via Campesina
Ocupações em companhias privadas ou empresas de parceria público-privada	Regularização fundiária	MLST
Bloqueios de rodovias e ferrovias	Titulação de área quilombola	MTL
Marchas e caminhadas	Incentivos à pequena produção	CUT
Acampamentos	Infraestrutura	CPT
Jornadas de luta	Habitação	MAB
Protestos	Crédito, assistência técnica, seguro safra	STRS
Atos públicos	Renegociação de dívidas	FETAGS
Vigílias	Educação e Saúde	CONTAG
Romarias	Cestas básicas	MPA
Eventos (conferências, seminários, encontros, outros)	Direitos humanos	MMC
	Contra impunidade e violência	FETRAF
	Seguridade social	Fórum de Reforma Agrária (FNRA)
	Questões trabalhistas	PJR
	Questões ambientais	Índios
	Contra privatização da água, contra barragens, contra mineradoras	Quilombolas
	Demarcação de área indígena	CONAQ

Fonte: CPT, 2008.

Esse quadro evidencia a diversidade atual de formas de ação política e reivindicações e demandas postas na esfera pública, de maneira particular direcionadas ao Estado brasileiro, sobretudo ao Poder Executivo, nos planos municipal, estadual e federal. Assim, é recorrente a realização de ocupações, protestos e outras formas de manifestações em espaços como bancos públicos (Banco Central, Banco do Brasil, Caixa), órgãos federais e estaduais que lidam diretamente com as questões ambiental, agrária, indígena e energética (Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da

Agricultura, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis/IBAMA, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Companhia Nacional de Abastecimento/CONAB, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/EMBRAPA, Companhia Hidroelétrica do São Francisco/CHESF, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba/CODEVASF, bem como noutras agências públicas que cumprem demandas de cunho social, como os setores de saúde e seguridade social (Fundação Nacional da Saúde/FUNASA, Instituto Nacional de Seguridade Social/INSS).

Além disso, tais ações coletivas se voltam ao poder privado, a propriedades rurais e a empreendimentos de domínio nacional e/ou transnacional como laticínios, destilarias, usinas hidrelétricas e de biocombustíveis (sobretudo etanol), companhias de transporte ferroviário, companhias mineradoras, agroindústrias e outras. Segundo Silva e Fernandes (2008) essas formas de manifestações se sobrepõem, interagem e entrecruzam, enunciando uma multidimensionalidade de direitos reivindicados.

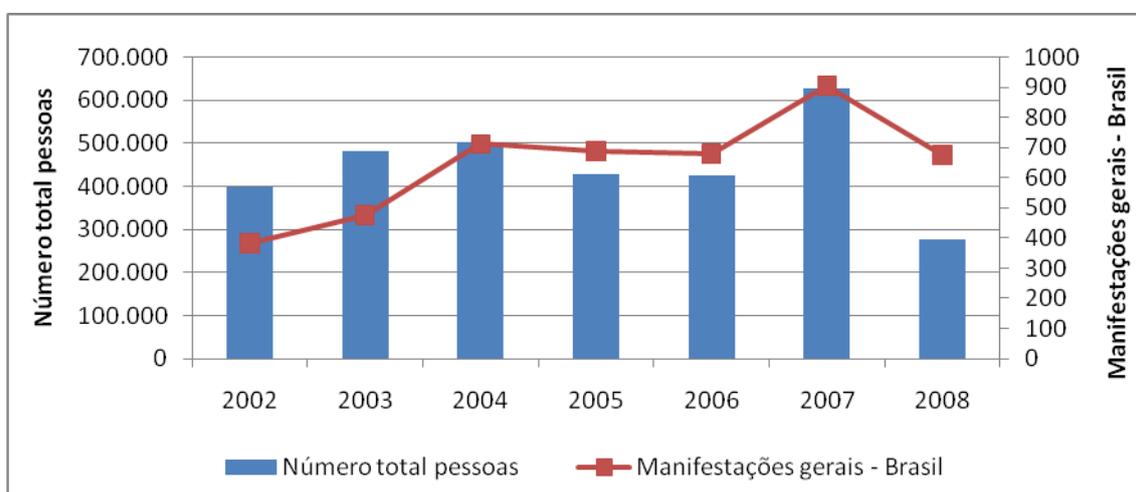


GRÁFICO 3 – Manifestações dos movimentos sociais rurais no país (2002-2008).
Fonte: CPT, 2008.

O Gráfico 3 mostra a quantidade de manifestações empreendidas por movimentos sociais rurais e organizações aliadas e o número de pessoas envolvidas.

Nos registros de reivindicações e demandas, verificamos motivações políticas que nos interessaram mais de perto, pois elucidam com clareza os

embates políticos e as conflitualidades entre os modelos de desenvolvimento da agricultura camponesa/familiar e do agronegócio, vistos na ótica da luta política dos movimentos sociais rurais e das entidades de trabalhadores do campo. Nesse sentido, ao lado de temas habituais que impulsionam mobilizações, tais como desapropriação de terras, assentamento de famílias e políticas públicas de desenvolvimento da agricultura camponesa (créditos, infraestrutura, organização produtiva, assistência técnica, educação e outros), estão, em especial no decorrer da década de 2000, ações coletivas diversas efetivadas via protestos, denúncias, ocupações, jornadas de luta e outros tipos de manifestações “contra o agronegócio”, “contra os transgênicos” e “contra as monoculturas” em diversas regiões. Eis, portanto, um traço que assinala o cenário atual das mobilizações em prol da luta pela terra, pelo território, por reforma agrária e pela mudança do modelo agrícola do país, dentre outros direitos sociais e outras bandeiras de luta, reivindicados pelos segmentos populares do campo.

As manifestações se dirigem a grandes empresas privadas, brasileiras e transnacionais, que operam etapas da cadeia do agronegócio, tais como: pesquisa agropecuária e biotecnológica, incluindo espécies transgênicas; produção, comercialização e processamento de matérias-primas de origem agrícola ou florestal, com destaque aos monocultivos (eucalipto, soja, cana-de-açúcar, laranja, milho transgênico e outros); produção de insumos químicos e defensivos agrícolas; setor agro-alimentício com produtos de consumo e ingredientes alimentares. Essas ações coletivas passaram a sobressair e ganhar visibilidade no cenário público nesta década, conforme alguns exemplos mostrados no Quadro 2.

QUADRO 2

Manifestações de movimentos sociais rurais contra o agronegócio (2002-2008).

TIPO DE MANIFESTAÇÃO (MUNICÍPIO, ANO)	REIVINDICAÇÕES E DEMANDAS	ORGANIZAÇÃO ATUANTE
Vigília por um Brasil Livre de Transgênicos (Uberlândia-MG, 2003)	Contra os transgênicos*	APR, CLST, CPT, MLST, MLT
“Grito da Terra - Brasil” (Brasília-DF, 2004)	Todos*	CONTAG, CUT
Romaria das Terras e das Águas/	Contra as monoculturas*,	CPT

Acampamento Chico Mendes (Rosana-SP, 2006)	Direitos Humanos, Reforma Agrária.	
Ocupação do Horto Florestal da Aracruz Celulose (Barra do Ribeiro-RS, 2006)	Contra as monoculturas*; Questões ambientais.	Via Campesina
Protesto contra Syngenta (Aracati-CE, 2007)	Contra os transgênicos*; Contra transposição do rio São Francisco.	Via Campesina
V Congresso Nacional do MST e Marcha “Reforma Agrária, Justiça Social e Soberania Popular” (Brasília-DF, 2007)	Contra os transgênicos*; Contra as monoculturas*; Questões ambientais; Direitos Humanos; Reforma Agrária.	MST
Ocupação da Usina Salgado (Ipojuca-PE, 2007)	Contra a expansão da cana- de- açúcar, Contra as monoculturas*.	CPT, FETAPE FETRAF, MLST

* Essa reivindicação ou demanda inclui o critério empregado nesta pesquisa.

Fonte: CPT, 2008.

A fim de levantar as manifestações que expressam a contraposição ao modelo do agronegócio, empregamos como recurso metodológico o critério de quantificação de todas que abarcaram em sua pauta, pelo menos, uma destas reivindicações e/ou demandas: “contra transgênicos”, “contra monocultura” e “todos”, conforme exemplifica o Quadro 2. Consideramos o termo “todos” porque entendemos que, se a entidade o empregou para assinalar a ocorrência de diversas reivindicações e demandas propagadas em uma mesma manifestação, então as duas primeiras - contra transgênicos e contra monocultura - incluem-se nesse conjunto, o que faz tal manifestação contemplar a dimensão de enfrentamento e da luta política contra o agronegócio.

Em essência, esse levantamento representa um exercício aproximativo, pois ocorrem limitações ou mesmo a impossibilidade de se “filtrar” de modo preciso todas as manifestações que explicitam a luta política dos movimentos sociais rurais e demais organizações contra o modelo do agronegócio, dentre o total de 3.661 manifestações gerais identificadas pela CPT no período em questão. Uma razão para isso é a multidimensionalidade dessas manifestações, na medida em que as reivindicações e demais iniciativas de confronto ao modelo do agronegócio se encontram, por vezes, sobrepostas e entrecruzadas com outras bandeiras de luta e demandas, ou seja, como

parte de uma agenda de mobilização mais abrangente. O V Congresso Nacional do MST, que aconteceu em Brasília, em 2007, exemplifica essa situação, pois assuntos diversos compuseram sua agenda. Em outros casos, a luta contra o modelo do agronegócio comparece como ponto central da manifestação, como na ocupação do Horto Florestal da Aracruz Celulose, organizada pela Via Campesina em Barra do Ribeiro (RS), em 2006 (para os dois exemplos, ver o Quadro 2). Em segundo lugar, esta análise reflete uma aproximação porque o critério adotado na tabulação dos dados foi intencionalmente mais objetivo e restritivo, ao nivelar “por baixo” o número de manifestações identificadas. Ainda assim, sua vantagem foi não abrigar subjetividade, pois qualquer pesquisador que quantificar os dados mediante esse critério alcançará o mesmo resultado.⁴

Nesse sentido, os dados da CPT indicam que foram várias as ações que incluíram em sua pauta política a posição de denúncia e enfrentamento ao modelo do agronegócio no conjunto geral de manifestações, tomando-se por base o período entre 2002 e 2008, como se observa na Tabela 1.

TABELA 1

Brasil: Manifestações contra o modelo do agronegócio no período 2002-2008.

ANO	NÚMERO DE MANIFESTAÇÕES (A)	MANIFESTAÇÕES CONTRA O AGRONEGÓCIO (B)	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL B/A
2002	382	23	6,02
2003	477	39	8,17
2004	712	44	6,17
2005	688	6	1,14
2006	680	30	4,41
2007	905	90	9,94
2008	676	59	8,72
Total	3.661	291	7,94

Fonte: CPT, 2008.

No total das manifestações gerais (3.661), as que explicitaram a luta política dos movimentos sociais rurais contra o modelo de desenvolvimento do agronegócio representaram 7,94 % (ou 291 ocorrências). Nesses dados, destacam-se os anos de 2007 (9,94%) e 2008 (8,72%) como os que tiveram percentual maior de manifestações contra

o agronegócio, indicando que o período mais significativo de realização dessas ações coletivas foram os anos mais recentes. Os números revelam ainda que a pauta de contestação e luta política contra o modelo do agronegócio aos poucos conquista espaço no conjunto que abrange as manifestações gerais, embora tenha havido diminuição em certos anos, como 2005 e 2006. Esse dado ganha mais significado ao considerarmos que nessas manifestações gerais se exprimem um amplo leque de reivindicações e demandas - quase 25 (por exemplo, educação, saúde, desapropriação, crédito, assistência técnica, direitos humanos etc., como mostrou o Quadro 1). Ainda assim, as pautas que evidenciam a luta política contra o agronegócio têm sido notáveis nessas ações.

Outra forma de conhecer a realidade das manifestações empreendidas pelos movimentos sociais rurais contra o modelo do agronegócio é pela sua distribuição espacial no território nacional. Para isso, elaboramos o cartograma (FIG. 1) a seguir, considerando o número de ocorrências encontradas em cada uma das 27 unidades federativas do país entre 2002 e 2008, no conjunto das 291 (100%), agrupando-as em seis classes:

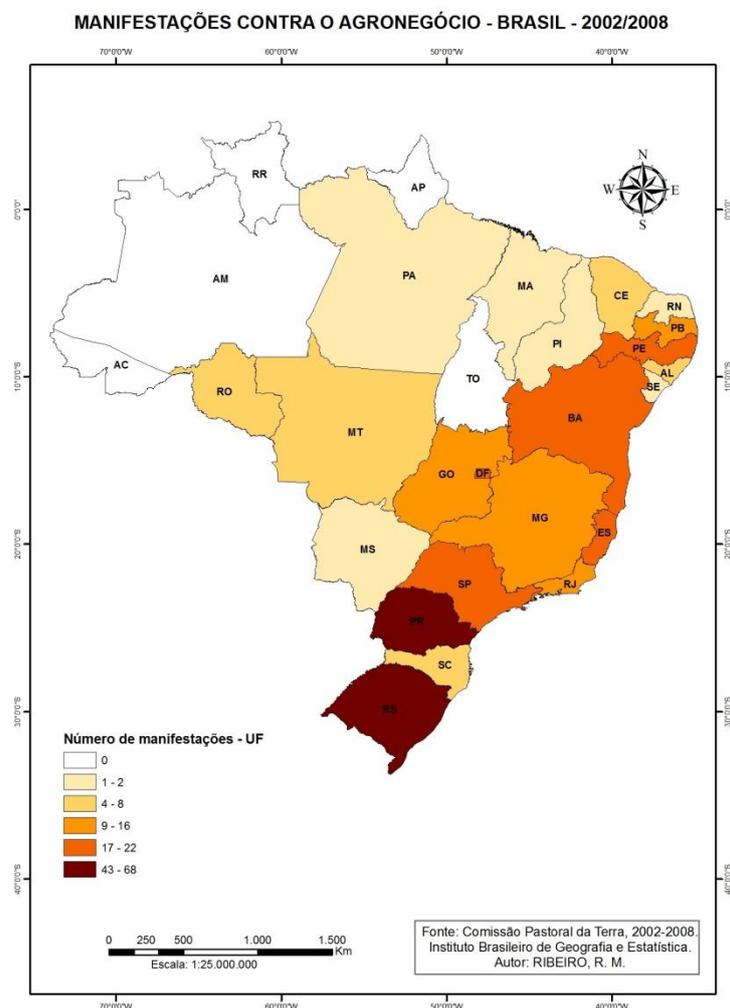


FIGURA 1 – Distribuição espacial das manifestações
contra o agronegócio no Brasil (2002-2008).
Fonte: CPT, 2008.

Buscamos em seguida sistematizar alguns dados sobre a atuação dos movimentos sociais rurais, especificamente sobre a agenda de contestação e embate político frente ao modelo do agronegócio. Apresentamos a seguir os movimentos sociais rurais que mais se destacaram no encaminhamento dessas ações políticas (GRÁFICO 4), tomando por base o número de manifestações contra o agronegócio em que cada um deles atuou no total das 291 registradas entre 2002 e 2008. Cabe lembrar que nessas manifestações pode ter havido participação isolada de um movimento social ou conjunta

(dois, três ou vários), mas para efeito de contagem tomamos por referência sempre a participação individual de cada um no total das 291.

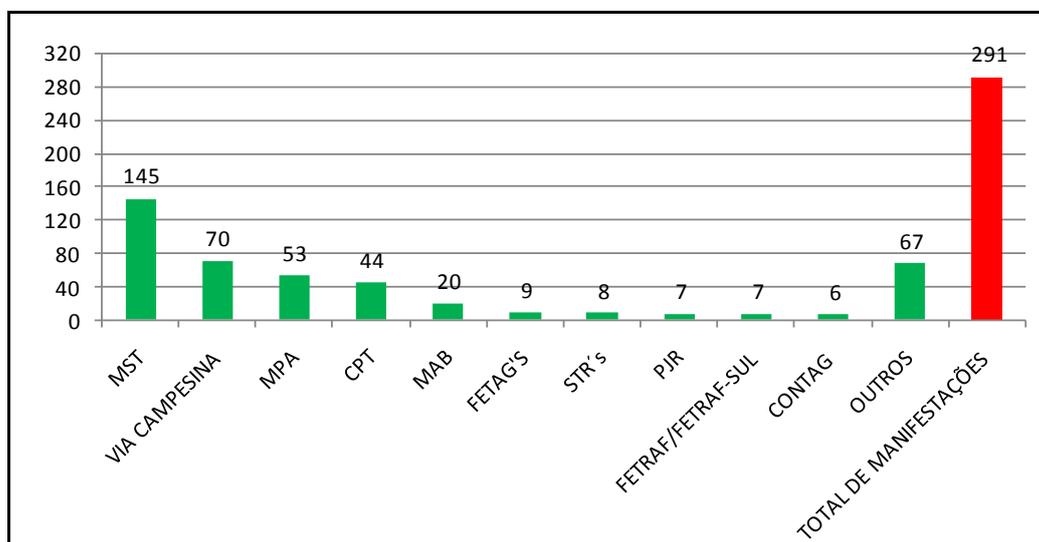


GRÁFICO 4 – Participação dos movimentos sociais rurais nas manifestações contra o agronegócio (2002-2008).

Fonte: CPT, 2008.

Esse dado reforça a presença do MST como organização da sociedade civil mais expressiva nas mobilizações de luta pela terra e de enfrentamento dos problemas agrários. Especificamente nas manifestações contrárias ao agronegócio, comparece também como movimento social rural mais atuante: participou de 145 (49 %) das 291 manifestações. A Via Campesina, rede de movimentos sociais que reúne, no Brasil, MST, MPA, MAB, MMC, CPT, Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) e Pastoral da Juventude Rural (PJR), figurou como segunda organização mais envolvida nas manifestações contra o agronegócio: atuou em 70 delas (24%). Cabe dizer que a agenda de contestação e luta política contrária ao modelo de desenvolvimento do agronegócio representa hoje um dos eixos centrais de mobilização da Via Campesina no Brasil e em dezenas de outros países. Essa realidade revela a estratégia de ação global dessa organização.⁵ O MPA, a CPT e o MAB também tiveram atuação de destaque nessas ações, sendo que o primeiro participou de 53 (18%); a segunda, de 44 (15%); o terceiro, de 20 (7%).

Além de ações diretas (manifestações) que alcançam a esfera pública e, em alguns casos, ganham repercussão nacional graças à veiculação em veículos de comunicação de massa, há outras formas de ação política acionadas pelos movimentos sociais rurais. Isso se observa em estratégias, diretrizes, princípios, deliberações e resoluções construídas nos próprios espaços de organização política dos movimentos ou em redes que os articulam (como no caso da Via Campesina, Fórum Nacional de Reforma Agrária etc.), por meio de reuniões, encontros, jornadas, seminários de formação, congressos nacionais etc. Todas essas ações contribuem essencialmente para a formulação, reorientação ou atualização de seus projetos políticos, incluindo as estratégias imediatas de atuação e aquelas mais amplas.

Dentre os movimentos sociais que despontaram como atores centrais de enfrentamento e luta política contra o agronegócio, ou seja, aqueles vinculados à Via Campesina no país, selecionamos o MST para analisarmos mais detidamente, isto é, para compreendermos alguns elementos de seu projeto político, sua perspectiva atual de mobilização no cenário público e para trazer à tona traços da questão agrária neste limiar de século. Para essa abordagem, recorreremos: a entrevistas semiestruturadas realizadas por meio de pesquisa de campo com dirigentes do movimento, a entrevistas dadas por dirigentes do MST para seu setor de comunicação e divulgadas no sítio eletrônico <http://www.mst.org.br>, à observação direta e ao acompanhamento de atividades organizadas pelo MST, como mobilizações, eventos de formação e outras, além do registro de atividades em que integrantes do movimento puderam se pronunciar, a exemplo de palestras, debates e atos políticos em espaços da sociedade civil ou do poder público. Consideramos, ainda, falas e discursos de militantes, em particular aqueles com posição de liderança na estrutura de organização política e na trajetória de desenvolvimento do MST, nas Unidades Federativas onde está territorializado e em nível nacional.

Luta política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra contra o modelo do agronegócio

Compreendemos os embates e enfrentamentos do MST frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio como parte de seu projeto político e da agenda de mobilização e luta no cenário público nacional, acionados, sobretudo, nesta década de 2000. Esse processo envolve subordinações, resistências e respostas de trabalhadores rurais, camponeses e suas organizações políticas às transformações por que passa a agricultura brasileira e mundial nos termos do “[...] ajuste constrangido à ordem econômica globalizada” (DELGADO, 2005, p. 62).

A luta política e o enfrentamento ao modelo de desenvolvimento do agronegócio surge, entre os movimentos sociais rurais, em particular o MST, como resultado de debates, reflexões, análises de conjuntura e balanços de conquistas e retrocessos, encaminhados em seus espaços de socialização política (eventos de formação, encontros regionais ou nacionais, trabalhos de base, reuniões em acampamentos e assentamentos etc.). Buscam a compreensão dos diversos processos sociais, econômicos e políticos envolvidos no desenvolvimento da agricultura em nível internacional, nacional e regional, que de alguma maneira atingem, em maior ou menor grau, a realidade da agricultura de base familiar, a pequena produção, a perspectiva de democratização do acesso à terra (via reforma agrária ou outros mecanismos) e de justiça social no campo, dentre outras bases que alicerçam o modelo de desenvolvimento da agricultura familiar/camponesa. Num primeiro nível de luta política levado a efeito pelo MST, este faz crítica os efeitos negativos do agronegócio e denuncia relações sociais e princípios que asseguram a sustentação econômica e política desse modelo (exploração, expropriação, violência de classe, impactos ambientais e outros), bem como prejuízos que essa “opção” traz ao conjunto da sociedade, tanto no Brasil como noutros países emergentes, especialmente na América Latina.

Essa posição se evidencia em relatos de líderes, discursos e notas públicas do movimento, fruto de debates e posições construídas em seus espaços de socialização política, como se observa nos exemplos a seguir. Assim ocorreu na construção do V Congresso Nacional do MST, quando foram definidas linhas centrais de luta e atuação do movimento para os próximos anos⁶. A dirigente Marina dos Santos destaca os rumos

apontados à agenda política do movimento, considerando nesse percurso dois anos de acúmulo e organização por meio de atividades regionais, estaduais e nacionais, momento em que sua base social e militância pode se articular. O evento ocorreu entre 11 e 15 de junho de 2007, em Brasília, e reuniu cerca de 17,5 mil pessoas, segundo os organizadores. Diz a dirigente:

[...] em cada congresso, o nosso povo aponta o rumo norteador de nossas ações a partir da definição da palavra de ordem. Desta vez, o debate nas bases aponta para a existência de dois projetos que estão em disputa no campo: o projeto do agronegócio, com a interferência das transnacionais que traz numa perda de soberania enquanto nação e, por outro lado, da necessidade da realização da Reforma Agrária como forma de se fazer justiça social neste país; como forma de distribuição de terra, gerar empregos saudáveis e garantir a soberania alimentar dos brasileiros (SANTOS, 2007).

A palavra de ordem definida para esta edição do congresso foi “Reforma agrária: por justiça social e soberania popular”. Conforme a dirigente ressalta, como uma das pautas principais de debates e estratégias de atuação política, definiu-se a conjuntura entre dois projetos de desenvolvimento postos em disputa na sociedade brasileira: o modelo do agronegócio *versus* o desenvolvimento da agricultura camponesa e a realização da reforma agrária. Essa conjuntura exprime objetivamente os embates e enfrentamentos que o MST projeta para o presente e futuro. As propostas construídas nessa agenda de mobilização resultaram na elaboração de um programa agrário⁷, apresentado à sociedade brasileira por meio da carta final do quinto congresso e com base na qual extraímos alguns dos dezoito itens formulados, expostos a seguir.

- Lutar para que todos os latifúndios sejam desapropriados, prioritariamente as propriedades do capital estrangeiro e dos bancos.
- Lutar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra, pela demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas
- Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio.
- Combater o uso de agrotóxicos e a monocultura em larga escala de soja, cana-de-açúcar, eucalipto etc.

- Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso e outras. Impedir que continuem explorando a natureza, a força de trabalho e o país.
- Exigir o fim imediato do trabalho escravo e da superexploração do trabalho, assim a punição dos responsáveis. Todos os latifúndios que usem qualquer forma de trabalho escravo devem ser expropriados, sem indenização, como prevê o projeto de emenda constitucional já aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados.

Uma estratégia recorrente do MST em discursos, notas públicas ou pautas de reivindicação é empregar a legislação existente, sobretudo a que trata do temário agrário, na argumentação e nos momentos de negociação, a exemplo da Constituição Federal de 1988 e Lei Agrária de 1993. Algumas posições expostas nessa declaração final do congresso buscam reforçar e avançar no preceito da função social da propriedade da terra.

O posicionamento crítico e de denúncia relativo à reprodução do modelo do agronegócio no campo brasileiro é demarcado em discursos e falas dos dirigentes do MST em eventos realizados por organizações da sociedade civil ou pelo poder público, a exemplo dos que tratam da temática agrária e de assuntos afins. Em 2008, nas comemorações do Dia Internacional da Luta Camponesa, em Brasília, a dirigente do MST Marina dos Santos fez a seguinte exposição:

Companheiros e companheiras! Certamente, essa homenagem feita para nós e com nós nesta noite, ela acontece num momento muito importante, porque nós estamos vivendo uma etapa muito complexa no campo brasileiro. E ela é complexa porque os governos fazem uma ampla propaganda, um amplo discurso das ações que estão fazendo em torno da reforma agrária, mas na prática o que nós vemos nas ações do governo é o apoio, o incentivo aos setores do agronegócio. E nesse momento em que o mundo todo está preocupado com o que a intervenção das empresas transnacionais tem feito na apropriação da terra, da água, dos recursos naturais, da biodiversidade e se apropriando de todos esses recursos naturais dos países, com a prioridade para a produção dos agrocombustíveis, dos monocultivos para a exportação, como soja, cana, pinus e eucalipto. E, em detrimento de tudo isso, deixando de lado um projeto de reforma agrária, de distribuição da terra que garanta a produção de alimentos, a geração de empregos, que garanta — de fato — a recuperação e preservação do meio ambiente e que garanta, também, a geração de empregos no campo. Nós todos temos clareza e temos debatido aqui, neste encontro, nestes dias, que a fome vem matando muita gente no mundo e, em especial, nos países nossos vizinhos, aqui da América do Sul. Mas o capital e muitos governos não estão preocupados com isso, não estão preocupados que o povo vem morrendo de fome.⁸

A dirigente expõe alguns aspectos relevantes da questão agrária recente acerca da conjuntura nacional e internacional que concorre ao desenvolvimento e avanço do agronegócio no Brasil e noutros países da América Latina. Denuncia a questão dos incentivos concedidos pelo governo federal aos setores do agronegócio (com o suporte de organismos financeiros internacionais, como Fundo Monetário Internacional/FMI, Banco Mundial), a exemplo do que ocorre com o fomento às monoculturas direcionadas à exportação ou, então, na estruturação de uma política energética baseada no emprego de matérias de origem vegetal, como os chamados agrocombustíveis, derivados da cana-de-açúcar e de plantas oleaginosas como mamona, girassol, dendê e soja; produzidos e processados por grandes empreendimentos agroindustriais. Ela ainda ressalta a ofensiva mundial do poder privado, operada por empresas transnacionais, com vistas à apropriação e ao controle de uso e acesso aos recursos naturais em vários países. Logo, o que se depreende é o tom de denúncia com relação ao papel do Estado, materializado nas ações de governo (nesse caso em particular, a gestão do presidente Lula), ao encaminhar uma política de direcionamento ao agronegócio como eixo essencial da agricultura brasileira, em detrimento de outros caminhos de desenvolvimento aos quais o Estado não dispensa o mesmo tratamento, “deixando de lado”, como diz Marina dos Santos, a efetiva estruturação de uma política de fortalecimento da agricultura

camponesa e da reforma agrária, de larga produção agrícola de alimentos ao mercado interno e geração massiva de emprego e renda no campo.

A fala de outras lideranças expressam, igualmente, a dimensão crítica e denunciativa presente na agenda de mobilização do MST contra o agronegócio:

[...] infelizmente o balanço que o MST faz do processo de reforma agrária durante o ano de 2007 é negativo para os camponeses e para a classe trabalhadora em geral, porque na essência, reforma agrária significa democratização do acesso à propriedade da terra. Já o que nós assistimos ao longo desse ano é que as forças do capital e as empresas capitalistas avançaram mais sobre a agricultura, compraram mais terra, controlaram mais a produção e os bens da natureza, isso gerou um processo maior de concentração da propriedade da terra nas mãos de menos pessoas. [...] estima-se que a produção de cana-de-açúcar vai dobrar, passando de cinco para dez milhões de hectares. Isso também trará grandes conseqüências para a expulsão das pessoas do campo. O aumento do monocultivo da cana que destrói outras formas de biodiversidade vai atingir a renda dos trabalhadores porque diminui o emprego, e também vai expulsar a produção de alimentos para regiões mais distantes, e com isso, o preço dos alimentos, como já aconteceu em relação ao milho e ao leite, devem aumentar devido a essa ofensiva dos capitalistas (STÉDILE, 2007).

O MST e todos os movimentos da Via Camponesa do Brasil, vão seguir fazendo luta, com ocupações de terras e protestos para denunciar a destruição ambiental e a concentração de terra pelo avanço do agronegócio. Em 2007, fizemos grandes mobilizações. Vamos seguir no trabalho de conscientização da população e alertar para esse perigo de desnacionalização de nossa agricultura (OLIVEIRA, 2008a).

A leitura crítica desses relatos, assim como de vários outros divulgados pelo setor de documentação do MST, e ainda as entrevistas de campo que fizemos permitem-nos constatar a recorrência de uma visão entre integrantes do movimento: de que o avanço da agricultura capitalista/agronegócio tem gerado efeitos sociais e ambientais significativos nas regiões onde se territorializa. Várias são as realidades e situações de expropriação de populações locais, de sobre-exploração da mão-de-obra no campo, de alterações em sistemas de produção agrícola de base familiar, as quais revelam a deterioração das condições de vida e de trabalho no meio rural, além da degradação de recursos naturais e ecossistemas onde se instalam grandes lavouras e pastagens.

O relato de uma líder do MST no RS também ressalta a prioridade dada ao agronegócio, em detrimento das ações de reforma agrária:

Nos últimos cinco anos [isso em 2008], assentamos [o MST] apenas 850 famílias, sendo que em nenhuma dessas áreas isso se deu por desapropriação, mas sim através de negociações com os proprietários. É um processo muito lento, temos hoje algo em torno em torno de 2.500 famílias acampadas, das quais muitas se encontram há 5, 6 anos vivendo em barracos. Por outro lado, vemos um movimento onde, em vez de se buscar destinar essas terras para a reforma agrária, produção de alimentos, diversificação da propriedade, geração de emprego, renda e desenvolvimento regional, se articula para realizar um processo contrário: produzir matéria-prima para exportação. [...] para que se tenha uma idéia, a metade sul do estado [RS], que era uma potencial área a ser destinada para assentamentos, já está sendo toda entregue às empresas de celulose para produção de eucalipto, tanto que há uma empresa multinacional, a Stora Enso, que comprou ilegalmente terras para produção na área de fronteira. Ou seja, quando essas empresas cometem um crime, o que ocorre é um movimento para se reduzir a área de fronteira, e não para punir essas empresas, que cometem atrocidades contra o bioma dos pampas aqui em nosso estado (OLIVEIRA, 2008b).

A fala da dirigente mostra que, como consequência da dinâmica de expansão do agronegócio no RS — visto pela implantação de monoculturas de eucalipto (sobretudo para produção de celulose) e outras frentes —, as ações de reforma agrária têm recuado, acima de tudo a desapropriação de terras para assentamento de famílias. E uma das razões — tanto no RS quanto nos demais estados — é o movimento de reestruturação de diversos empreendimentos agropecuários, em especial grandes propriedades rurais. Muitas eram caracterizadas como de baixo grau de exploração produtiva, o que poderia indicar legalmente sua classificação como imóvel improdutivo, portanto passível de desapropriação pelo poder público (INCRA). Nesse novo cenário, elas se convertem em imóveis produtivos, isto é, passam a compor os territórios do agronegócio.

Com efeito, Fernandes (2008a) considera que o latifúndio exclui pela improdutividade, enquanto o agronegócio o faz pela produtividade. Logo, “[...] se o território do latifúndio pode ser desapropriado para implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra” (FERNANDES, 2008a, p. 210). Nesse contexto, a conflitualidade entre agentes da agricultura capitalista e trabalhadores rurais e suas organizações políticas se torna mais complexa e criam outros espaços de enfrentamento que não só o latifúndio improdutivo, alvo tradicional de ocupações de terras e demais formas de pressão política. Agora há tensionamentos quanto à propalada eficiência produtiva dos monocultivos, de todo

aparato científico, tecnológico e do capital que empreende o chamado agronegócio em busca de se legitimá-lo como signo do moderno e inovador na agricultura. Todavia, essa forma de agricultura opera mecanismos de concentração, exploração e desigualdade, assim como noutras fases da modernização técnica do campo, como nas décadas de 1960 e 1970.

Assim, entre militantes do MST, impõe-se como central o entendimento de que a realidade do campo brasileiro e os problemas agrários a serem enfrentados supõem confronto e disputa de territórios entre agronegócio *versus* agricultura camponesa e reforma agrária, que se manifestam como modelos de desenvolvimentos divergentes, como se pode verificar em alguns relatos:

[...] temos de compreender que o problema que ocorre aqui está atrelado ao modelo de desenvolvimento implantado em nosso país, sobretudo na agricultura. Houve uma adesão ao agronegócio, e percebemos que não existe compatibilidade entre um modelo e outro, entre o agronegócio e a reforma agrária. São dois modelos que evidentemente se confrontam. E a partir do momento em que se adere ao agronegócio, a reforma agrária vai ficar aquém das necessidades, em número de assentamentos ou de áreas apropriadas, não somente no RS, mas em todo país. [...] portanto, é uma disputa grande e temos ciência de que hoje não se pode fazer apenas o enfrentamento com o latifúndio improdutivo, mas também com essas grandes empresas que estão se apropriando de nossas terras e nossas riquezas para produzir matéria-prima para os países centrais (OLIVEIRA, 2008b).

De fato, nesta primeira década do século XXI, a realidade da luta pela terra e da ação política dos movimentos sociais rurais, em especial do MST e dos demais movimentos vinculados à Via Campesina no Brasil, situa a disputa territorial dos modelos de desenvolvimento agropecuário como questão central e incorpora as dimensões econômica, política, social e ambiental por onde se desdobra tal problemática.

Além de análises conjunturais, estudos e reflexões sobre questões centrais relativas à realidade agrária brasileira, a estratégia do MST no “campo de disputas” político e ideológico se volta à difusão, na sociedade em geral, dos efeitos negativos da expansão do agronegócio sob vários aspectos por um lado, e, por outro, dos ganhos sociais alcançáveis mediante um processo efetivo de reforma agrária e desenvolvimento da agricultura camponesa e familiar, agregando também outras bandeiras e projetos, a

exemplo da agroecologia, da soberania alimentar⁹, da educação do campo e outros. Daí a necessidade de se “seguir no trabalho de conscientização da população”, como afirma o dirigente José Batista em seu relato, dando a entender que os investimentos em formar opinião e combater o discurso hegemônico não se restringem aos que integram o movimento e tem de ir ao encontro de diversos setores da sociedade. Essa visão é manifestada no relato de Valdir Misnerovicz (2008), membro da coordenação nacional do MST:

A nossa terceira grande tarefa é a disputa com o agronegócio no campo das idéias na sociedade, porque temos argumentos. Aquilo que defendemos é o que interessa para a maioria da sociedade. Precisamos fazer com que essas boas idéias e boas iniciativas possam ser de conhecimento de outras forças, principalmente as organizadas, como os estudantes, as igrejas, enfim, para ganharmos apoio e defesa. A nossa luta vai ao encontro de um projeto de desenvolvimento de inclusão e responsabilidade com os recursos naturais, que é o que precisamos ter principalmente nesse momento em que se discute tanto a necessidade de cuidar do meio ambiente. Enquanto militantes da luta pela reforma agrária, precisamos entender essa nova fase do capitalismo no campo para termos a capacidade de nos organizar nessas frentes, tanto na parte da organização da luta quanto na disputa das idéias na sociedade.

Através de sua propagação em espaços de visibilidade pública (entrevistas na imprensa, artigos em jornais, participações em palestras, eventos e redes de articulação da sociedade civil etc.), o discurso de integrantes do MST busca reforçar a ideia de que os projetos e as iniciativas que defendem são de interesse social, ou seja, visam alcançar um conjunto amplo da sociedade brasileira, e não só os sem-terra, os assentados e os movimentos sociais rurais. Ora, distribuição de renda, geração de empregos no campo, estímulo a economias locais, diminuição de problemas sociais nas cidades, oferta de alimentos à população, preservação e sustentabilidade ambiental são ganhos sociais apontados pelo MST, como alcançáveis mediante uma política efetiva de reforma agrária e de desenvolvimento da agricultura camponesa, em conjunto com outras reivindicações e outros projetos políticos da classe trabalhadora.

Considerações finais

Apresentamos a perspectiva de luta social e política acionada pelos movimentos sociais rurais frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio no país. Como contextualização temporal, voltamo-nos aos anos de 1990 e década de 2000, momento em que, no contexto de internacionalização do capital financeiro – industrial – comercial, a agricultura capitalista ganha centralidade na economia de países como o Brasil, elencada por governos nacionais como grande indutora de saldos de comércio e por contribuir na gestão de conjunturas macroeconômicas adversas, a exemplo do endividamento público e necessidade de equilíbrio na balança comercial. Os grandes agentes propulsores desse modelo são as empresas transnacionais, que atuam em diversos setores de negócios agrícolas em escala global, integrando cadeias produtivas e agentes econômicos nos ramos da biotecnologia, produção de sementes, indústria alimentícia, insumos agropecuários, entre outros segmentos.

De outro lado, como contraponto a essa dinâmica atual de expansão da agricultura capitalista, os movimentos sociais rurais passaram, em maior ou menor proporção, a reelaborar seu projeto, atualizar sua agenda política e reorientar seu campo de conflitos, recriando assim suas concepções de luta pela terra e de reforma agrária. Dessa forma, passaram a dirigir ações políticas de enfrentamento e combate ao modelo do agronegócio, mediante discursos e manifestações na esfera pública, como jornadas de lutas; ocupação de propriedades privadas; protesto em companhias do agronegócio; marchas; vigílias; bloqueio de rodovias; eventos de formação técnica e política; declarações na imprensa, notas públicas e resoluções de encontros, dentre outras estratégias empreendidas.

A partir da análise dos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) acerca das manifestações dos movimentos sociais rurais no país - entre os anos 2002-2008, foi possível verificar que a pauta de contestação ao agronegócio gradativamente conquistou espaço no conjunto que abrange as manifestações gerais. Sendo assim, ao lado de temas recorrentes que impulsionaram mobilizações nesta primeira década de 2000, tais como desapropriação de terras, assentamento de famílias e políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa (créditos, assistência técnica, educação,

etc.), verificaram-se também a ocorrência de ações políticas que elucidam com clareza os embates políticos e conflitos entre os modelos de desenvolvimento da agricultura camponesa/familiar e do agronegócio. Esses dados também mostraram que entre os movimentos sociais rurais do país, o MST comparece como mais atuante dentro desse perfil de mobilização política, participando em 49 % das manifestações (145 ocorrências), seguido da Via Campesina, com 24% de participação (70 ocorrências); dentro dos critérios metodológicos empregados na pesquisa.

Eis, portanto, características que assinalam o cenário atual das mobilizações em prol da luta pela terra, pelo território, por reforma agrária e pela mudança do modelo agrícola do país, dentre outros direitos sociais e bandeiras de luta reivindicados pelos sujeitos do campo.

¹ Este artigo foi elaborado a partir de um capítulo da dissertação de mestrado intitulada: “QUESTÃO AGRÁRIA E TERRITÓRIOS EM DISPUTA: embates políticos entre agronegócio e agricultura camponesa/familiar – década de 2000”. Esta foi desenvolvida pelo primeiro autor, sob orientação do segundo autor, junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, e defendida em dezembro de 2009.

² Dois livros publicados recentemente reúnem parte dos trabalhos a que fazemos referência: *Campesinato e territórios em disputa* (PAULINO; FABRINI, 2008) e *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual* (FERNANDES, 2008b).

³ Convém dizer, para a descrição dos tipos de manifestação e as reivindicações, demandas e organizações atuantes, transcrevemos os termos usados pelo relatório “Conflitos no campo — Brasil”, da CPT.

⁴ Esse critério metodológico acabou por excluir do levantamento algumas manifestações que não continham os termos “contra monocultura”, “contra transgênicos” e “todos” em sua pauta de reivindicações e demandas; mas que, de algum outro modo, também assinalaram a perspectiva contra o agronegócio. Tais ocorrências não incluídas foram identificadas, sobretudo, no atributo “nome da manifestação”, e não no atributo “reivindicações e demandas” — este empregado por nós. Estas foram identificadas com base em alguma menção ou referência mais explícita à luta contra o agronegócio, contra as monoculturas (eucalipto, cana-de-açúcar etc.), contra as empresas transnacionais que atuam na agricultura, dentre outras situações. Daí dizermos que se trata de um levantamento nivelado “por baixo”, dada a existência de mais manifestações.

⁵ Para Fabrini (2008) enquanto o capital procura se internacionalizar pela produção de mercadoria, estabelecendo um mercado globalizado (produção de *commodities* do agronegócio, por exemplo), os camponeses têm desenvolvido um conjunto de ações políticas nos movimentos sociais, meio pelo qual tem procurado se internacionalizar politicamente, inclusive sua concepção de produção no campo.

⁶ Conforme Fernandes (1999), os congressos nacionais são fóruns de decisão política na estrutura organizativa do MST e comparecem como instância principal de representação nacional, além dos

encontros nacionais. Nesses espaços, são construídas as políticas estruturais e conjunturais de atuação do movimento. O primeiro é realizado a cada cinco anos; o segundo, a cada dois.

⁷ Documento disponível no *website* do MST: < <http://www.mst.org.br/node/872>>.

⁸ Relato registrado por nos na sessão solene em comemoração ao Dia Internacional da Luta Camponesa, realizada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal em 15 de abril de 2008.

⁹ Segundo Thomaz Júnior (2006, p. 108–9), “[...] os movimentos sociais comprometidos com os princípios de liberdade e autonomia dos trabalhadores na construção e condução de políticas alternativas de acesso à terra ou mais propriamente Reforma Agrária e organização coletiva para a produção, têm demonstrado muito interesse em compartilhar com os fundamentos da Soberania Alimentar. São vários fóruns e reuniões que já se dedicaram ao tema, em especial no arco organizativo da Via Campesina”.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses *versus* agronegócio. In: PAULINO. E. T.; FABRINI, J. E. (Org.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular; UNESP: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008, p. 303-25.

BRUNO, Regina Landim. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. In: FERNANDES. B. M (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 83-105.

CARVALHO, Horácio Martins de. Resistência social contra a expansão das monoculturas. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/CPT. **Conflitos no campo — Brasil, 2007**. Goiânia: CPT Nacional, 2008, p. 36-39.

CLEPS JUNIOR, João. Questão agrária, estado e territórios em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. Marcos Aurelio Saquet e Roselí Alves dos Santos [organizadores]. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010, p. 35-55.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo - Brasil**. Goiânia: CPT, [2002-2008].

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo Brasil 2009**. Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária no Brasil, 1950–2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, p. 51-90.

FABRINI, João Edmilson. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Pegada**, v. 9, n. 1, p. 35-62, jun. 2008. Disponível 109em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/03-9-1-JoaoEdmilsonFabrini.pdf>>. Acesso em 23 out. 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra - MST (1979–1999)**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH-USP, São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (coord.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: ed. da UNICAMP, p.173-230, 2008a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo, Expressão Popular, 2008b.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e Agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 45-69.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008c, p. 273-301.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista Osal**, ano 9, n. 24, p.73-85, out. 2008d.

GIARRACCA, Norma; TEUBAL, Miguel. Del desarrollo agroindustrial al expansión del “agronegocio”: el caso argentino. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 139-64.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Vozes, Petrópolis, 1987.

LIZÁRRAGA, Pilar; VACAFLORES, Carlos. Proyecto de dominación y resistência campesina — el caso de Tarija, Bolívia. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 225-48.

LÓPEZ, Mildred. La función social de la propiedad y la quimera de los agronegocios en Guatemala — una posibilidad en el corazón de la globalización neoliberal. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo, Expressão Popular, 2008, p. 107-37.

MISNEROVICZ, Valdir. “Precisamos implantar nosso modelo nos assentamentos”. Entrevista concedida a Ana Maria Straube. 2008. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/5327>>. Acesso em: 11 set. 2009.

MONDRAGÓN, Héctor. Colômbia: a “colheita” paramilitar. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular; UNESP: Programa de Pós-graduação em Geografia. 2008, p. 121-38.

NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA (NERA). Relatório DATALUTA BRASIL 2008. Pres. Prudente: FCT/NERA/UNESP, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL/CONCRAB (Org.). **O agronegócio x agricultura familiar e reforma agrária**. Brasília: CONCRAB, 2004a, p. 7-81.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004b, p. 29-70.

OLIVEIRA, José Batista. **50 empresas controlam preço dos alimentos**. 2008a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/5268>>. Acesso em: 11 set. 2009.

OLIVEIRA, Cedenir de. A contrapartida da adesão ao agronegócio. **Correio da Cidadania**, 2008b. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/5869>>. Acesso em: 11 set. 2009.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: ed. da UNESP, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular/UNESP: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008, p. 213-38.

PEDON, Nelson Rodrigo, FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais no Brasil: conflitualidade no urbano e no rural. IN: **Anais do III Simpósio Internacional de Geografia Agrária/IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. Londrina-PR, 2007. 7 p.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Neoliberalismo, políticas de terra e reforma agrária de mercado na América Latina. In: SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. (Org.). **Capturando a terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 13-47.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto; ALENTEJANO, Paulo R. **Geografia agrária da crise de alimentos no Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://alainet.org/active/29607&lang=es>>. Acesso em: 15 set. 2009.

SANTOS, Marina dos. **Os novos desafios do MST**. Entrevista concedida a Jorge Pereira Filho e Mayrá Lima, Brasil de Fato. 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/4243>>. Acesso em: 11 set. 2009.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SANTOS, José Vicente Tavares; TEIXEIRA, Alex Niche; BECKER, Fernando Tadeu Gonçalves. Conflitualidade e violência nos espaços agrários do Brasil contemporâneo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 57-58, jul./nov. 2000, p. 147-68.

SILVA, Anderson Antônio; FERNANDES, Bernardo Mançano. A arte de fazer política fazendo manifestações, ocupações e acampamentos no Brasil de 2007. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/CPT. **Conflitos no campo — Brasil, 2007**. Goiânia: CPT Nacional, 2008.

STÉDILE, João Pedro. A luta pela reforma agrária no Brasil. **Revista Agrária** — Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, editorial “Luta pela terra e desenvolvimento sustentável”, v. 29, n. 3, set./dez. 1999; v. 30, n. 1, 2, 3; dez./jan. 2000, p. 13-4.

STÉDILE, João Pedro. **Contra-reforma agrária marca 2007**. Entrevista concedida a Juliano Domingues, Radioagência NP. 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/4243>>. Acesso em: 11 set. 2009.

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008, p. 139-60.

THOMÁZ JUNIOR, Antônio. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. **Pegada**, v. 7, n. 2, p. 103-22, nov. 2006.

VILADESAU, Tomás Palau. El agronegocio de la soja em Paraguay — antecedentes e impactos sociales y económicos. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 17-43.

WELCH, Clifford Andrew. Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional. **Revista Nera**, ano 8, n. 6, p. 35-45, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Welchc.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

***Recebido em 30/11/2010**

Aceito para publicação em 06/01/2011